



# A Administração à deriva

**H**á mais de um ano que o novo quadro legal da função pública começou a ser aprovado. O silêncio que cobriu a sua aplicação surpreende. Diria que quase «ensurdece». Porém, as novas leis estão progressivamente a afixar a Administração Pública, ao serviço dos cidadãos e da sociedade.

Manifestei a minha opinião sobre o erro das medidas projectadas. Defendi uma Administração pautada pela neutralidade e competência, que prestigie o País e o Estado. É tempo agora de avaliar como se concretiza a mudança preconizada na lei.

Optou-se por um regime de contrato de trabalho e de contratação colectiva de que não havia experiência. São diplomas confusos e complexos, com centenas de artigos e de remissões. Meio mundo anda às voltas com a sua aplicação tentando esclarecer a outra metade. A produtividade cai, porque cativa da interpretação da lei e não da produção de serviços.

Depois continua-se a roubar dignidade à função pública. Já se tinham atemorizado os funcionários dando a imagem de que são incompetentes, relapsos e redundantes. Fez-se um PRACE que desestabilizou estruturas e missões. Criou-se um quadro dito de mobilidade, mas de facto de excedentes. A nova legislação vai na mesma senda com profundos erros de concepção. Extingui as carreiras, prevendo, por exemplo, para 75% dos funcionários licenciados percursos totalmente desmotivantes, calculados – custa a crer! – para 120 anos de vida activa, o que deixa um sentimento de antes morrer do que penar. Dir-se-á que para os muito bons (não mais de 25%) não será assim. Mas o reconhecimento do desempenho relevante fica dependente de um sobressaltado processo de avaliação e na disponibilidade de dirigentes politizados. Para além do risco de politização da Administração, tentada a procurar no Poder protecção no emprego, os funcionários reagem e vão deixando a

função pública. A aposentação antecipada acelera-se, mesmo com significativas penalizações e custos.

Adicionalmente, o novo regime ainda só foi aplicado ao regime geral, abrangendo cerca de um terço do total da função pública. As Administrações Regionais aprovaram medidas diferentes. As carreiras de regime especial e restantes grupos, sejam eles do ensino superior, investigação, saúde, polícia ou segurança, não estão ainda abrangidos. Introduziu-se conflitualidade salarial e os grupos movimentam-se para marcarem posições mais vantajosas. Onde está a estimativa do impacto orçamental desta mudança? Em termos de redução da despesa, qual a utilidade em reabrir as questões salariais dos diferentes grupos? Ou de tomar medidas para um universo tão restrito como o regime geral, fazendo recair só sobre alguns um futuro tão desanimador?

Atente-se de seguida que a despesa com aquisição de serviços a empresas, advogados e consultores cresceu signi-

ficativamente, sendo a previsão de 2009 superior a mil milhões de euros. Esta via tem inconvenientes: a decisão pública perde qualidade e independência, corre-se o risco de as contratações substituírem admissões mais rigorosas no mérito e imparcialidade, desperdiçam-se funcionários qualificados, aumentando despesa.

Por outro lado, em relação a novas admissões, sabe-se que a partir de 2005 se aposentaram cerca de 100 mil funcionários. Não consta que a Administração se tenha reduzido a este ritmo. Porém, tal teria sido menos penalizador que o anúncio feito de centenas de funcionários redundantes e disponíveis.

Finalmente, o que dizer das políticas de remuneração? Há hoje muitos Institutos, Agências, Fundações com regime empresarial, remunerações mais elevadas e admissões menos contidas. No passado ser director-geral da Administração era motivo de prestígio e de orgulho. Hoje ser director-geral da Administração é ser parente pobre numa Administração envergonhada. Não conheço dados sobre os custos de tais políticas, mas sei que fragilizam o espírito da missão de serviço público, tão importante em tempo crise.

Duas medidas conjunturais contribuíram para o controlo da despesa: a moderação salarial – estranhamente invertida em ano de eleições, apesar da grave crise – e o congelamento das progressões. Quanto ao resto não há reforma. Anda-se em círculos, sem norte. Motivou-se um incessante movimento onde se gastam energias, conflitos, sem que se vislumbre utilidade, mobilização dos recursos humanos ou aumento da produtividade.

Qualquer governo saído das eleições tem definitivamente de arrepiar caminho para construir a confiança, essencial para ultrapassar colectivamente a crise em que vivemos. Se não o fizer, só lhe restará colher os despojos de uma Administração à deriva. ▣

\* Secretária de Estado da Modernização Administrativa, de 1987 a 1995



*Continua-se a roubar dignidade à função pública. Já se tinham atemorizado os funcionários dando a imagem de que são incompetentes*